

GULBENKIAN IDEAS

Conversa sobre o Futuro dos Novos Movimentos Sociais

Donatella Della Porta

Coprodução:

 FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

 RTP 3

FUTURE FORUM

Conversa sobre o Futuro dos Novos Movimentos Sociais

Donatella Della Porta

Novos movimentos sociais: uma definição

Outrora vistos como respostas a problemas no funcionamento da sociedade, os movimentos sociais são cada vez mais considerados como intervenientes normais nas democracias. Em especial desde os anos 70, a investigação nestas áreas apontou o seu importante papel para a socialização no âmbito das várias formas de participação social e política. Os *novos movimentos sociais* têm sido igualmente considerados como intervenientes centrais para a inovação. Abrindo o debate científico sobre a emergência de novos conflitos, o sociólogo francês Alain Touraine viu os movimentos sociais como a oposição aos poderes dominantes no seio de diferentes tipos de sociedades. Considerando os “antigos” movimentos sociais (principalmente o movimento laboral) como cooptados e o conflito de classes como pacificado, Touraine definiu os “novos” movimentos sociais como elementos chave na luta pelo controlo nas sociedades *programadas* emergentes, nas quais o conhecimento é especialmente relevante. Dentro de uma abordagem ressonante, o sociólogo italiano Alberto Melucci olhou para os novos movimentos sociais como produtores de normas alternativas nas sociedades contemporâneas, que definiu como cada vez mais investidas na criação de centros de ação autónomos individuais, mas também no alargamento do controlo sobre os próprios motivos da ação humana. Nesta perspetiva, em vez de se limitarem a procurar ganhos materiais, os novos movimentos sociais promovem “outros códigos” para resistir à intrusão do Estado e do mercado na vida quotidiana dos cidadãos. Os conflitos têm, por isso, sido vistos como orientados para a produção de significados, a circulação da informação, a utilização do conhecimento científico e a criação de modelos culturais que afetam as identidades individuais e coletivas.

Ao mesmo tempo, a investigação sobre a participação política na democracia ocidental apontou para a expansão de formas não convencionais, mas pacíficas, através das quais os cidadãos apresentam as suas reivindicações. Naquela que tem sido apelidada de “sociedade do movimento social”, estes intervenientes têm sido definidos como parte integrante do processo político. Os cidadãos críticos sempre foram considerados como recursos importantes para o desenvolvimento da democracia. Académicos norte-americanos, como o historiador Charles Tilly e o cientista político Sidney Tarrow,

analisaram efetivamente as interações entre a política contenciosa e a dotação dos direitos dos cidadãos que têm sido fundamentais para a legitimação dos regimes democráticos. A par dos partidos políticos ou grupos de interesse, também os movimentos sociais têm atitudes diferentes em relação à democracia, em alguns casos apoiando e noutros desafiando as instituições democráticas. Embora claramente nem todos os movimentos sociais promovam a democracia, têm existido, contudo, relações recíprocas entre as instituições democráticas e os movimentos sociais. E se a democratização favoreceu os movimentos sociais, a maioria destes apoiou as reformas democráticas que promoveram o seu próprio desenvolvimento. Em particular, as reflexões sobre novos movimentos sociais abordam movimentos sociais progressistas, caracterizados por uma atenção combinada à justiça social e à liberdade positiva e uma orientação para o *empowerment* dos grupos desfavorecidos e a sua inclusão na sociedade e na política.

A investigação em ciências sociais tem em geral sublinhado que, enquanto intervenientes altamente reflexivos, e longe de se limitarem a apresentar reivindicações aos decisores, os movimentos sociais abordam aquilo a que o sociólogo alemão Claus Offe chamou de “crítica metapolítica” às instituições representativas em nome da democracia participativa. Pelo menos desde os anos 60, os novos movimentos sociais criticaram os princípios da delegação, bem como o poder oligárquico e centralizado, e em vez disso apoiaram formas de participação direta e modelos organizacionais das bases, horizontais e igualitários. Com uma ênfase na democracia direta e na auto-organização, novas organizações de movimentos sociais valorizaram o papel pré-figurativo da participação como uma “escola de democracia”. Movidos sobretudo pela insatisfação com a democracia representativa centralizada e burocrática, desde os anos 70 que os “novos movimentos sociais” têm apelado a várias formas de participação na tomada de decisões, disseminando-se através de uma espécie de “contágio a partir das bases”. As principais conceções e práticas de democracia têm sido particularmente contestadas em nome de outras conceções e práticas, que os teóricos políticos têm abordado através de conceitos como “democracia participativa”, “democracia forte”, “democracia discursiva”, “democracia comunicativa”, “democracia do bem-estar” ou “democracia associativa”.

A participação é também um valor nas conceções de democracia deliberativa que ganharam apoio no seio dos novos movimentos sociais. Embora a democracia processual representativa se baseie principalmente em princípios de delegação e voto maioritário, os teóricos democráticos sempre equilibraram estes princípios com um enorme respeito por um debate de alta qualidade orientado para o bem público. Com uma ênfase ligeiramente diferente, na teoria política normativa, a democracia deliberativa refere-se a processos de decisão nos quais, em condições de igualdade, inclusão e transparência, um processo comunicativo baseado na razão (a força do melhor argumento) é capaz de transformar as preferências individuais, levando a decisões orientadas para o bem comum. Na conceção da democracia deliberativa, é dada particular atenção à qualidade discursiva da democracia, com ênfase na transformação das preferências, na orientação para o bem público, na utilização de argumentos e no desenvolvimento de consensos.

Enquanto a democracia representativa se baseia na agregação (por votação ou negociação) das preferências geradas exogenamente, a democracia deliberativa é definida como orientada para a (trans)formação de preferências. Nos processos deliberativos, espera-se que as preferências iniciais sejam transformadas durante um confronto com os pontos de vista de outros, a fim de se alcançar um entendimento comum em prol do bem público. Isto requer que o processo deliberativo tenha lugar em condições de pluralidade de valores, em que as pessoas têm perspectivas diferentes mas enfrentam problemas comuns. Em particular, como postulado por Jurgen Habermas, a deliberação deve ser facilitada por fluxos horizontais de comunicação, múltiplos contribuidores para o debate, amplas oportunidades de interatividade, confronto com base numa argumentação racional e uma atitude de escuta recíproca.

Nesta perspectiva, a democracia desenvolve-se fora das instituições públicas, em grupos voluntários e organizações de movimentos sociais. Os novos movimentos sociais têm frequentemente visado uma maior transparência e justiça social, mas também a reconstituição das relações sociais através da “democratização da democracia”. Por vezes explicitamente, mas na maioria das vezes de forma implícita, muitas organizações de movimentos sociais adotaram normas deliberativas, considerando que, dada uma realidade complexa, nenhuma solução fácil pode ser alcançada ou sequer derivada a partir das grandes ideologias. O valor do debate entre cidadãos “livres e iguais” reflete-se na ênfase positiva na diversidade e inclusão, mas também na atenção prestada ao desenvolvimento de arenas estruturadas para o intercâmbio de ideias, com a experimentação de algumas regras que deveriam permitir fluxos horizontais de comunicação e de escuta recíproca. Em particular, o consenso é cada vez mais mencionado como um valor geral, bem como um princípio organizacional na tomada de decisões internas.

Os novos movimentos sociais no novo milénio

A fim de examinar o futuro dos novos movimentos sociais, é importante avaliar os seus principais desenvolvimentos em quatro ondas de protestos que se desenvolveram na viragem do milénio. Nas últimas décadas, face a uma variedade de crises sociais e políticas, os movimentos sociais têm experimentado e proposto visões alternativas de democracia.

No início do novo milénio, o Movimento pela Justiça Global foi interpretado como um sinal da globalização da política contenciosa. Paralelamente à mudança das decisões para a esfera internacional, os novos movimentos sociais pareceram adaptar-se, visando as organizações internacionais. Atuando globalmente, várias campanhas transnacionais foram vistas não só como um reflexo, mas também como um catalisador para a disseminação de valores cosmopolitas. O Movimento pela Justiça Global assistiu à convergência de várias correntes de movimentos progressistas em redes amplas e fluidas, apelando à justiça contra as crescentes desigualdades, bem como a formas participativas e deliberativas de democracia. Fóruns globais e macrorregionais representaram arenas de encontro para milhares de grupos e dezenas de milhar de ativistas, ao mesmo tempo que manifestações maciças

levaram os cidadãos de volta às ruas em protesto contra as cimeiras de organizações internacionais. Esta realidade foi ainda mais prevalente na Europa onde, desde 2002, os encontros periódicos dos Fóruns Sociais Europeus ofereceram um importante espaço público para a reflexão sobre os problemas sociais e as suas potenciais soluções.

Cerca de uma década mais tarde, desenvolveu-se um novo ciclo transnacional de protestos, ainda visando o aumento das desigualdades e apelando a uma forma de democracia diferente. As ondas de protestos anti-austeridade, mais visíveis em Espanha, Grécia e nos Estados Unidos, em 2011, e posteriormente na Turquia e no Brasil, até ao movimento francês *Nuit Debut*, têm sido consideradas como pertencentes a uma onda comum de protestos. Embora todos eles tenham sido desencadeados por uma crise financeira global, pareciam contudo estar enraizados a nível nacional, visando principalmente as instituições nacionais. Nas áreas geográficas mais atingidas pela recessão económica, particularmente na periferia europeia, enormes ondas de protestos têm desafiado as políticas de austeridade adotadas pelos governos nacionais sob pressão das instituições internacionais, incluindo o Banco Central Europeu (BCE) da União Europeia (UE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas ondas de protesto – conhecidas como *Indignados* ou movimentos “Occupy” – refletiram mas também reforçaram uma crise política, desencadeada pelo descontentamento com a gestão da chamada Grande Recessão. Os protestos assumiram diferentes formas em diferentes países, influenciados pelos diferentes momentos e características da crise financeira, bem como pelas oportunidades e ameaças domésticas para os movimentos sociais. Envolvendo por vezes a participação maciça dos cidadãos, os grupos *acampados* representaram uma forma inovadora de organização e ação em simultâneo, uma vez que nas praças ocupadas os ativistas prefiguravam diferentes formas de relações com vista à participação e deliberação. Com uma forte ênfase no consenso, estes *acampados* privilegiaram a participação dos leigos – os cidadãos, os membros da comunidade – mobilizados como indivíduos e não como membros de associações de vários tipos, tirando o máximo partido da sua experiência e conhecimentos pessoais.

No final dos anos 2010, o descontentamento com as medidas de austeridade ainda mobilizavam uma forte onda de protestos de várias intensidades em diferentes países, abordando o mal-estar generalizado com o funcionamento das instituições políticas. Embora mantendo o seu foco na justiça social, os novos movimentos sociais destacaram algumas das consequências específicas das desigualdades sociais em termos da violência sobre as mulheres, economias periféricas, aquecimento global, juventude precária e autodeterminação. Vários movimentos sociais espalharam-se rapidamente a nível internacional, através de dias globais de ação que apontavam para a necessidade de desenvolver uma visão global dos problemas e soluções globais para os mesmos. Centrando-se na violência contra as mulheres, entendida num sentido amplo e ligada às condições sociais, os coletivos *Ni Una Menos* espalharam-se da América Latina para o Sul da Europa, mobilizando uma nova geração de jovens feministas. Ao mesmo tempo, os protestos das “Sextas-feiras pelo Futuro” cresceram rápida e massivamente em todo o mundo, fazendo a ponte entre a política controversa contra as alterações climáticas das gerações mais jovens e as experiências dos que já estão ativamente envolvidos no processo político. Redes fluidas interligaram grupos

ativos no território, muitas vezes mobilizando cidadãos pela primeira vez. Além disso, o Outono de 2019 surpreendeu os meios de comunicação e a opinião pública em termos da sua convergência no tempo e ampla disseminação no espaço de enormes ondas de protesto contra as crescentes desigualdades, bem como contra a corrupção das elites políticas e económicas. Apesar da fraqueza das ligações organizacionais diretas entre manifestantes de diferentes países, a expressão frequente da solidariedade recíproca desencadeou então uma nova reflexão sobre a transnacionalização através da aprendizagem e emulação à distância. As lutas contra as desigualdades extremas e as elites corruptas ressoaram com os protestos anti-austeridade do início da década, mas dentro de ondas mais globais. Protestos, incluindo as chamadas “marchas de milhões” e ações de desobediência civil, irromperam contemporaneamente no Líbano e no Iraque, no Chile e no Equador, em Barcelona e em Londres, com os manifestantes muitas vezes a referirem-se a outros grupos através da exibição de tarjas e bandeiras nos diferentes locais.

Mais recentemente, a pandemia trouxe muitos desafios para os ativistas dos movimentos sociais, já que as medidas para conter o contágio reduziram a liberdade de movimento e limitaram a própria utilização dos espaços públicos. No entanto, os novos movimentos sociais mobilizaram-se, como frequentemente fazem em momentos de emergência, como calamidades (mais ou menos naturais) e guerras, como foi o caso durante a pandemia. Confirmando que, em tempos de crise profunda, têm a capacidade para gerar, de facto, a invenção de formas alternativas de protesto (ainda que não automaticamente), durante a pandemia da Covid-19, e através de formas inovadoras, os protestos têm exercido pressão sobre os que estão no governo e controlam as suas ações. Assim, as novas tecnologias têm permitido protestos online – incluindo, entre outras ações, petições eletrónicas que se têm multiplicado. Foram convocadas marchas de automóveis pelos direitos dos cidadãos, os trabalhadores reivindicaram mais segurança através de *flashmobs*, o racismo foi denunciado através de protestos pacíficos em que os manifestantes se sentaram a uma distância segura uns dos outros, e os condutores de transportes públicos recusaram-se a controlar os bilhetes. Por toda a Europa, mensagens coletivas de contestação ou solidariedade foram enviadas de varandas e janelas. Perante a necessidade gritante de transformação radical e complexa, os movimentos sociais também agiram de várias formas. Através da organização coletiva, novos movimentos sociais criaram e recriaram laços sociais: construíram sobre redes existentes mas também as interligaram e multiplicaram através de ações concertadas. A fim de fornecer a ajuda muito necessária, as organizações de movimentos sociais formaram grupos de apoio mútuo, promovendo a ação social direta. Desta forma, produziram resiliência através de uma solidariedade crescente.

Além disso, durante a pandemia, os movimentos sociais atuaram como canais para a elaboração de propostas de mudança. Fizeram uso de conhecimentos especializados alternativos, mas também fizeram a ponte com um conhecimento prático resultante das experiências diretas dos cidadãos. A multiplicação dos espaços públicos permitiu a polinização cruzada, fazendo contrastar a especialização excessiva do conhecimento académico e facilitando a ligação entre o conhecimento abstrato e as práticas concretas.

Esta polinização cruzada permitiu também interligar discursivamente as várias crises – reforçando as ligações entre a propagação e a letalidade do coronavírus e as alterações climáticas, as guerras, a violência contra as mulheres e as expropriações de direitos (principalmente o direito à saúde).

Movimentos sociais e mudanças institucionais

No passado, assim como no presente, os novos movimentos sociais têm sido por vezes capazes de influenciar e transformar as instituições. Além de mobilizarem a opinião pública, as suas organizações e os seus ativistas têm interagido com instituições públicas a vários níveis territoriais. Em muitos casos – particularmente a nível local, mas não só – colaboram com instituições públicas, tanto em problemas específicos como em campanhas mais amplas. Sem se limitarem a exercer pressão do exterior, entraram nas instituições e promoveram formas inovadoras de participação através da democracia direta. Além de se envolverem em práticas internas de inovação democrática, os movimentos sociais também têm sido portadores de inovação nas instituições, desempenhando este papel de diversas formas e com diferentes resultados.

Os novos movimentos sociais alcançaram frequentemente a descentralização do poder político, criaram canais de consulta dos cidadãos sobre decisões particulares e procedimentos de recurso contra decisões da administração pública, e até concretizaram a possibilidade de testemunhar perante instituições representativas e o poder judicial, e de ser ouvidos como contraperitos, recebendo até reconhecimento legal e incentivos materiais. Repertórios de ação coletiva, que em tempos foram estigmatizados e tratados como problemas de ordem pública, tornaram-se lentamente legais e legítimos, enquanto a democracia direta se desenvolveu como um canal suplementar de acesso aos outros canais abertos dentro da democracia representativa. Os movimentos sociais também contribuem para a criação de novas arenas para o desenvolvimento de políticas públicas, como comissões de peritos ou ramos administrativos e políticos específicos, como ministérios estatais ou gabinetes locais sobre questões dos direitos das mulheres e preocupações ecológicas em muitos países. Em organizações internacionais, como na União Europeia, os ativistas destes movimentos foram cooptados por organismos públicos específicos como membros do seu pessoal e as oportunidades de cooperação conflituosa desenvolvem-se no seio de agências reguladoras através de consultas, para incorporação em comités ou para a delegação de poder. Estas instituições medeiam reivindicações dos movimentos sociais e chegam até a aliar-se a ativistas dos movimentos com os quais podem ter contactos frequentes.

Algumas das ideias inovadoras sobre democracia promovidas por antigos e novos movimentos sociais têm estado na base de experiências institucionais que foram de facto inspiradas pelos mesmos princípios de participação e deliberação. Na sua evolução concreta, os Estados e as sociedades democráticas existentes mitigaram os princípios de ideais-tipo da democracia representativa, combinando-os com outros princípios ligados a conceções alternativas de democracia.

No reconhecimento implícito dos limites da delegação e da tomada de decisões maioritárias, aquelas que Robert Dahl apelidou de “democracias realmente existentes” combinaram instituições, privilegiando diferentes qualidades democráticas. As conceções participativas penetraram no Estado democrático através de reformas que introduziram canais de participação dos cidadãos nas escolas, nas fábricas e nos bairros, mas também através do reconhecimento político das organizações destes movimentos e do “direito à dissidência”. Os referendos, outrora considerados como um vestígio residual de procedimentos democráticos diretos, são cada vez mais utilizados, assim como os princípios de delegação condicionada, incluindo representantes escolhidos por sorteio, bem como a tomada de decisões consensual.

As inovações democráticas disseminaram tentativas de restaurar a confiança dos cidadãos na democracia, bem como de trazer a sua perícia e conhecimentos para o seio da mesma. Em tempos recentes, experiências com formas de democracia diferentes da representativa incluíram a criação de arenas abertas à participação de cidadãos civis em debates públicos sobre questões relevantes (e muitas vezes divisionistas). Especialmente a nível local, houve várias tentativas para aumentar a participação dos cidadãos através da criação de arenas comunicativas de alta qualidade. A fim de combater a desigualdade social, os cidadãos são de facto convidados a decidir sobre a distribuição de alguns fundos públicos através de um processo bastante estruturado de envolvimento em assembleias e comités. Os objetivos destas instituições incluem a resolução eficaz de problemas e soluções equitativas, bem como a participação ampla, profunda e sustentada. O orçamento participativo tem sido creditado com a criação de um contexto positivo para a associação, fomentando um maior ativismo e associações em rede, e trabalhando a partir de uma orientação a nível municipal. Embora a intensidade da participação, a sua duração e a sua influência variem muito entre os vários dispositivos participativos, todos eles visam ultrapassar os limites de uma conceção meramente representativa da democracia. O objetivo de melhorar as capacidades de gestão, através de uma maior transparência e da circulação da informação, está ligado à transformação das relações sociais, através da reconstrução dos laços sociais, da promoção da solidariedade e, em última análise, da “democratização da democracia”. Estes instrumentos foram examinados e considerados elementos que melhoram a capacidade de abordar os problemas criados pela oposição local à construção de grandes infraestruturas.

Desenvolvendo-se em tempos de instabilidade e desafios, as ondas de protesto interrelacionadas que acabo de mencionar também afetaram as instituições. A crise de confiança institucional alimentou apelos a reformas constitucionais que poderiam ajudar a refundar a comunidade política. Explorando janelas de oportunidade oferecidas por instituições de democracia direta, os movimentos sociais promoveram referendos ou infiltraram-se em referendos “a partir da base” que tinham sido promovidos por outros intervenientes da forma mais tradicional “de cima para baixo”. Os sistemas partidários foram dramaticamente abalados, com o colapso dos partidos principais e, em alguns casos, um aumento inesperado dos partidos de movimentos de esquerda, bem como dos populistas de direita.

Da mesma forma, os candidatos que apelaram à justiça social e à participação dos cidadãos no seio dos partidos da velha esquerda, entre os quais o Partido Trabalhista no Reino Unido ou os Democratas nos Estados Unidos da América, tiveram um sucesso inesperado. Da mesma forma, registaram-se autênticos sismos eleitorais em diferentes níveis territoriais.

Os movimentos sociais nas crises

Em suma, no novo milénio, o mal-estar democrático generalizado desafiou a identificação do significado de democracia com a sua visão minimalista das instituições realmente existentes. Embora a responsabilidade eleitoral tenha sido considerada como o principal mecanismo democrático na evolução histórica do discurso sobre a democracia realmente existente, os desafios de hoje à democracia representativa centram a atenção noutras qualidades democráticas.

Da forma mais dramática, a crise demonstra que são necessárias mudanças profundas da política para a economia, da sociedade para a cultura, a fim de romper com as condições problemáticas que criaram crises profundas. Se, em tempos normais, os movimentos sociais crescem com as oportunidades de transformação gradual, em tempos de crise profunda os movimentos são em vez disso disseminados pela percepção de uma ameaça drástica e profunda, contribuindo assim para aberturas cognitivas. À medida que a vida quotidiana muda drasticamente, abrem-se igualmente espaços de reflexão sobre um futuro que não pode ser pensado como em continuidade com o passado. A crise pandémica também cria oportunidades de mudança, ao tornar evidente a necessidade de responsabilidade pública e sentido cívico, e de regras e solidariedade. Se as crises têm o efeito imediato de concentrar o poder, chegando mesmo a incluir a sua militarização, demonstram no entanto a incapacidade dos governos para agirem apenas pela via da força. A necessidade de partilha e apoio generalizados para enfrentar a pandemia pode trazer consigo o reconhecimento do potencial positivo de mobilização da sociedade civil. Além disso, as crises demonstram o valor dos bens públicos fundamentais e a sua gestão complexa através de redes institucionais, mas também através da participação dos cidadãos, dos trabalhadores e dos utilizadores. Em muitas mobilizações durante a pandemia, o valor de um sistema universal de saúde pública emergiu efetivamente, não só como justo, mas também como essencial.

Em suma, os novos movimentos sociais envolveram-se e foram envolvidos, e é de esperar que no futuro se empenhem ainda mais na inovação democrática. Fazem experiências com novas ideias na sua vida interna, prefigurando formas alternativas de política democrática, e disseminam estas ideias dentro das instituições. Não só transformam os estados democráticos através de lutas por mudanças políticas, mas também expressam uma crítica fundamental da política convencional, abordando assim questões metapolíticas e experimentando ideias participativas e deliberativas. Historicamente, os movimentos sociais progressistas têm sido os portadores de qualidades democráticas participativas e deliberativas, apelando à inovação nas instituições democráticas. Nessas lutas, produziram ideias inovadoras

e conhecimentos alternativos. Isto tem sido, e continua a ser, ainda mais importante em tempos de crises, que as antigas instituições parecem incapazes de enfrentar. Em vez de mudanças graduais, estes momentos críticos requerem novas ideias, até mesmo novos paradigmas, que os novos movimentos sociais, enquanto intervenientes inovadores, têm ajudado a desenvolver e a implementar.

Os resultados da intervenção dos novos movimentos sociais estão, no entanto, em aberto. Como as experiências passadas nos recordam, ao mesmo tempo que desenvolvem ideais normativos, os novos movimentos sociais demonstram uma capacidade desigual para os implementar. Na verdade, os ativistas são frequentemente mais autocríticos na avaliação dos erros anteriores e tentam aprender com eles. Em participar, e a fim de alcançar as suas propostas, os novos movimentos sociais interagem cada vez mais com as instituições que criticam, mas das quais também necessitam fortemente. O aprofundamento democrático é, portanto, um objetivo sempre inacabado, que exige a colaboração de vários intervenientes em arenas cada vez mais complexas.



Donatella Della Porta é Professora de Ciência Política, fundadora e Diretora da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais e Diretora do Programa de Doutorado em Ciência Política e Sociologia da Scuola Normale Superiore, em Florença, onde também dirige o Centro de Estudos do Movimento Social (Cosmos). Entre as principais áreas da sua investigação destacam-se: movimentos sociais, violência política, terrorismo, corrupção, polícia e policiamento de protestos. Coordenou o importante projeto “ERC Mobilizing for Democracy”, sobre a participação da sociedade civil em processos de democratização na Europa, Oriente Médio, Ásia e América Latina.

Em 2011, recebeu o Prémio Mattei Dogan por trabalhos notáveis no campo da sociologia política; em 2021, recebeu o Prémio de Investigação da Alexander von Humboldt Stiftung, como reconhecimento das atividades de investigação que tem desenvolvido ao longo da sua carreira académica. É autora ou editora de 90 livros, 150 artigos de revistas e 150 contributos escritos para volumes editados. Entre as suas publicações mais recentes estão: *Social Movements: An introduction*, 3rd edition (Blackwell, 2020); *Can Social Movements Save Democracy?* (Polity, 2020); *Die schoene neue Demokratie. Ueber das potentiale soziale Bewegungen* (Campus Verlag, 2020), com Lorenzo Cini and Cesar Guzman; *Contesting Higher Education* (Bristol University Press, 2020), com Pietro Castelli Gattinara, Andrea Felicetti, Konstantinos Eleftheriadis; *Discursive Turns and Critical Junctures*, Oxford University Press, 2020); *Legacies and Memories in Movements* (Oxford University Press, 2018); *Sessantotto. Passato e presente dell'anno ribelle* (Fertrinelli, 2018); *Contentious moves* (Palgrave 2017); *Global Diffusion of Protest* (Amsterdam University Press, 2017); *Late Neoliberalism and its Discontents* (Palgrave, 2017); *Movement Parties in Times of Austerity* (Polity 2017); *Where did the Revolution go?* (Cambridge University Press, 2016); *Social Movements in Times of Austerity* (Polity 2015); *Methodological practices in social movement research* (Oxford University Press, 2014); *Spreading Protest* (ECPR Press 2014, com Alice Mattoni); *Participatory Democracy in Southern Europe* (Rowman and Littlefield, 2014, com Joan Font and Yves Sintomer); *Mobilizing for Democracy* (Oxford University Press, 2014); *Can Democracy be Saved?*, Polity Press, 2013; *Clandestine Political Violence*, Cambridge University Press, 2013 (com D. Snow, B. Klandermans and D. McAdam (eds.)); *Blackwell Encyclopedia on Social and Political Movements*, Blackwell. 2013; *Mobilizing on the Extreme Right* (com M. Caiani and C. Wagemann), Oxford University Press, 2012; *Meeting Democracy* (co-edição com D. Rucht), Cambridge University Press, 2012; *The Hidden Order of Corruption* (com A. Vannucci), Ashgate 2012.

GULBENKIAN IDEAS

GULBENKIAN.PT

FUTURE FORUM